



Anais da Assembleia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

N.º 144/84

Artigo Único - INCLUA-SE NO TÍTULO III da Constituição do Estado do Paraná, da "ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL", os seguintes artigos numerados de 135 a 140, remunerando-se os artigos subseqüentes:

TÍTULO III

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Art.124 -.....

Art.135 - A implantação de usinas para a produção de energia nuclear no Estado do Paraná, bem como das instalações para processamento ou armazenamento de material radioativo, que lhes forem complementares, dependerá de autorização da Assembleia Legislativa, assim como de REFERENDUM da população deste Estado;

Art.136 - A autorização legislativa será concedida como primeiro procedimento do processo especial de autorização para esta implantação de instalações industriais;

Art.137- Em caso de rejeição legislativa desta autorização, dispensar-se-á o REFERENDUM popular de que trata o Art. 135;

Art.138 - Caso a autorização seja aprovada pela Assembleia Legislativa, o seu Presidente deverá proceder à consulta referendária prevista no art. 135.

Art.139 - A rejeição da autorização pela maioria simples dos eleitores que se manifestarem através do REFERENDUM popular, provocará a nulidade da autorização legislativa.

Art.140 - Só será completo o processo de autorização após a promulgação, pelo presidente da Assembleia Legislativa de sua rejeição liminar pelo Poder Legislativo ou dos resultados do "REFERENDUM popular".

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

Apoiamento: Acir Mezzadri, Sabino Campos, Paulo Furiatti, Fiori Luiz, Nelson Vasconcellos, Adhail Sprenger Passos, Tadeu França, Nilso Sguarezi, José Antônio Fonseca, Rubens Bueno, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Anibal Khury, Sérgio Spada, Mário Pereira, Eduardo Baggio, Odeni Mongruel, Roberto Requião, Tadeu Lúcio Machado, 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A indústria núcleo energética possui uma delicada relação custo-benefício, por incluir não apenas fatores econômicos e políticos, mas principalmente questões de segurança, saúde pública e meio ambiente. Por maiores que sejam as medidas de segurança, o risco finito e não pequeno de

acidentes, a poluição nuclear, a poluição térmica, os problemas das condições de segurança para os trabalhadores de instalações nucleares, as grandes desapropriações de terrenos para as construções e as alterações no meio ambiente tornam bastante complexa a decisão de licenciamento de uma usina nuclear. Desta forma este processo de licenciamento não pode ficar restrito apenas às esferas tecno-burocráticas do governo central.

O Programa Nuclear Brasileiro, que nasceu e se desenvolveu autoritariamente, sem o aval e participação da comunidade científica nacional e sem compromisso com a realidade econômica e social deste País, naufraga dentro do contexto geral do excessivo endividamento externo, além dos já amplamente divulgados erros de planejamento, estratégia e falhas do próprio programa.

No entanto, mesmo com poucos reatores em construção e um em claudicante operação, temos um sério problema decorrente do fato de no Brasil ser o mesmo órgão, a CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear - que licencia reatores, bem como fiscaliza a construção e operação dos mesmos. Em países onde a legislação na área nuclear é adequadamente rigorosa, o licenciamento é um processo no qual a comunidade tem participação efetiva e decisória, enquanto que a fiscalização das usinas é realizada por um organismo específico, que não tem compromissos com a construtora, nem com a operadora dos reatores nucleares.

Para começar a resolver este problema, a etapa inicial de implantação de reatores ou de instalações ligadas ao ciclo nuclear precisa deixar de ser uma decisão autoritária, emanada, apenas tecnocraticamente, sem a participação do povo. Nosso projeto vai exatamente neste sentido, ao colocar a autorização da Assembleia Legislativa e o Referendum Popular como procedimentos iniciais no processo decisório de implantação de instalações nucleares em nosso Estado.

As Assembleias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro aprovaram recentemente textos legais contendo as mesmas disposições que propomos nesta oportunidade. A sociedade paranaense vive hoje um tempo de maior participação. Nossa luta contra o arbítrio e a tecnocracia, nosso compromisso com a vida, com a paz e com a democracia devem se efetivar em todos os campos, em todos os momentos. E este projeto de Emenda Constitucional é apenas mais um instrumento para permitir que nossas vidas e nossos destinos sejam traçados por nós mesmos.